

Pensamento e Ideologia na Constituição do Saber Lingüístico do Homem Brasileiro do Século XIX

Márcia A G Molina

UNISA-UNIA- Faculdade de Letras (EAD)
São Paulo - Brasil
maguemol@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho, apoiado na História das Idéias Lingüísticas (Auroux, 1989), busca identificar o modo como o homem do século XIX, dialogando com seu tempo, interpreta e deixa para a posteridade seu pensamento lingüístico. Verificaremos como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem essa sociedade (lingüísticamente falando), como pensam que ela é; como agem, ou como gostariam que ela fosse. Para tanto, analisaremos – em gramáticas do século XIX exemplos, considerações e definições gerais, buscando aquilo que lhes é ao mesmo tempo particular; um *mental coletivo* de uma época; as *idéias*; o singular; e o diferenciador entre as sociedades. (Fávero e Molina, 2006).

Palavras-chave: Século XIX – Brasil - Gramáticas – História das Idéias Lingüísticas

Abstract

This paper, grounded in the History of the Linguistic Ideas (Auroux, 1989), has the propose of identifying the way the 19th Century individual, dialoguing with his time, interprets and leaves his linguistic thought to the posterity . We will study how individuals' positions and interests are translated into building up their society (linguistically speaking), how they think it is; how they act, or how they wish it were. With this objective, we will analyze, in the 19th Century grammars, general examples, considerations and definitions, looking for what they have, at same time, the general, the *collective mental*; the *ideas*; and the singular; and the distinctive element among societies (Fávero & Molina, 2006).

Key-words: 19th Century – Brazil – Grammars – History of Linguistic Ideas

Resumen

Este trabajo, apoyado en la Historia de las Ideas Lingüísticas (Auroux, 1989), tiene la intención de identificar la manera como el hombre del siglo XIX, dialogando con su tiempo, interpreta y deja para la posteridad su pensamiento lingüístico. Verificaremos como se traducen las posiciones y los intereses de los individuos que componen esta sociedad (lingüísticamente hablando), como piensan que ella es; como actúan, o quisieran que fuera. Para tal, analizaremos, en gramáticas del siglo XIX, los ejemplos generales, consideraciones y definiciones, buscando cuál es a la vez detalle; un *colectivo mental* de una época; *ideas*; y el singular, el diferenciador entre las sociedades.

Palabra-llave: Siglo XIX - Brasil - Gramáticas - Historia de las Ideas Lingüísticas

Considerações iniciais

Nosso objetivo neste trabalho é o de revisar a produção gramatical brasileira em dois momentos distintos do século XIX: no início desse século, momento em que o país buscava sua identidade e, no final, já nação constituída, a fim de traçar um panorama de como se deu a constituição do saber lingüístico daqueles que formaram aquela sociedade, à luz da História das Idéias Lingüísticas.

Importa frisar que essa disciplina permite que sejam estudadas não somente as antigas gramáticas, como que se analise qualquer outro saber fundado na ciência lingüística, contemplando, também, o estudo das Instituições onde, por exemplo, no século XIX, os saberes eram discutidos, alargados, disseminados, os veículos por onde circulavam e as polêmicas que suscitavam (Fávero e Molina, 2006). De acordo com Auroux (1989), o historiador deve projetar os fatos num híper-espço que comporta essencialmente três tipos de dimensão:

- uma cronologia;
- uma geografia;
- um conjunto de temas.

É isso que faremos: nosso tema: a gramática, a cronologia: o século XIX, a geografia: o Brasil.

1. Início do Século XIX: o Brasil nação

Para Girardet (1996:424) o termo “nacionalismo” está constantemente enriquecendo-se de significações derivadas umas das outras. Ensina o autor que seu surgimento remonta o início do século XVIII e o adjetivo “nacionalista” *est mentionné dès 1715, précédant d’ ailleurs très largement l’ apparition du substantif ‘nationalism’*.

Já, Hobsbawn assim entende o termo *nação*:

é comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo; o povo de um Estado, excluindo o poder governamental.

(Hobsbawn, 1991: 28)

Girardet (*opus cit*) assevera que a história dessa palavra indica existir, dentro de determinados países e em certas épocas, um nacionalismo organizado e estruturado, o *nacionalismo dos nacionalistas* (p.487).

O *Vocabulário Português e Latino (Áulico, anatômico, arquitetônico)* – Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos e oferecido a El Rei de Portugal: Dom João V pelo padre D. Raphael Bluteau (M.DCCXVI: 658) traz a seguinte definição do termo *nação*:

Nação: nome coletivo, que se diz de gente, que vive em alguma grande região, ou reino, debaixo do mesmo Senhorio. Nisto se diferenciação de povo, porque nação compreende muitos povos; assim Beirões, Minhotos, Alentejões, compõem a nação portuguesa (...)

E o termo *nacional* é assim compreendido pelo dicionarista:

Nacional: De alguma nação, ou concernente a alguma nação.(...) aquele que é da mesma nação. Nacional nos usos: aquele que segue os costumes da uma nação. Ânimos nacionais: os da mesma nação, pátria, terra.(pág.664)

A primeira edição do dicionário de Moraes (1813), seguindo os passos do de Bluteau, imputa ao termo o seguinte sentido: *Nacional: Da Nação, próprio dela, indivíduo dela não estrangeiro* (pág.332). Para Nação, a explicação é mais sucinta ainda: *Nação: A gente de um país ou região que tem língua e governo à parte* (pág.332). Já *Pátria*, para o autor é *A terra donde alguém é natural* (pág.412), referindo-se especialmente à delimitação geográfica.

Décadas depois, em 1875, a edição *ampliada e muito melhorada* do Dicionário de Língua Portuguesa do Moraes conceituaria:

Nação: s.f. (do latim *natio*) A gente de um país – ou região, que tem língua, leis e governo à parte (...) gente de nação (...) (Nação, Povo, Sin.) No sentido literal e primitivo a palavra nação indica uma relação comum de nascimento, de origem, e *povo* uma relação de número e reunião. (...) Em outra acepção a palavra *nação* compreende os naturais do país; e o povo todos os habitantes. (...) Diversos povos reunidos ligados por diferentes relações comuns em um mesmo país formam uma nação; e uma nação se divide em vários povos; diversos uns dos outros por diferenças locais e físicas, ou políticas e morais. A nação está intimamente unida ao país pela cultura (...) O povo é o corpo de cidadãos (pág. 408).

Esse sentimento de nacionalidade que começava, no Brasil, a extrapolar a questão geográfica - e um dos motivos era a chegada de imigrantes para auxiliar na mão de obra, em virtude de movimentos contra a escravatura - evocava o gosto pelas tradições locais, pela poesia popular e, como afirma Proença Filho (1973:182), pela história e pela literatura de Idade Média. Apesar disso, pouco tínhamos de realmente nacional. O modelo a ser seguido era o europeu e era, especialmente, a França que ditava as normas sociais e culturais.

No geral, o homem do início do século XIX foi reformador, questionava a realidade e pretendia modificar o mundo. Em virtude dessa busca por mudanças, dessas indagações, até mesmo contra os ditames da Razão, tornava-se, num certo sentido, ilógico, instável emocionalmente, autorizando-nos a dizer que seu humor oscilava muitas vezes entre a alegria e a tristeza, características com as quais se pode resumir o *romântico*.

Nesse momento, no Brasil, como afirma Schwarcz (1998), haveria um diálogo entre a tradição e elementos da cultura local, como forma de manifestação nacionalista, ou seja, um colóquio entre o estado monárquico, a natureza e o povo de nosso país.

Por outro lado, nas artes plásticas, pintores vindos para o Brasil com D. João, como Debret e Taunay, começavam a ganhar notoriedade, perpetuando nas telas o que nos fazia, ao mesmo tempo, únicos e universais.

Quanto à educação, o projeto de Constituição Política do Império do Brasil legislava, no art.179, parágrafos XXXII: ‘*A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos*’ e XXXIII: ‘*A Constituição garante colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes*’ (apud Niskier, 1996:101). Dando início a um longo processo de discussão sobre o ensino no Brasil.

Mas foi uma *ambiciosa* lei (idem, ibidem), a de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e “escolas de meninas” em cidades e vilas mais populosas. Nesse mesmo ano foram criadas as primeiras Faculdades de Direito, em São Paulo e Olinda, cujos formandos contribuía para organizar nossa vida política e jurídica, como afirma Buarque de Holanda (1995: 144):

E não haveria grande exagero em dizer-se que, os estabelecimentos de ensino superior sobretudo os cursos jurídicos, fundados desde 1827 em São Paulo e Olinda, contribuía largamente para a formação de homens públicos capazes (...)

Até então, todos os que desejassem educação superior teriam de buscar na Corte sua formação, calcada nos modelos clássicos.

Outros órgãos, como o Instituto Histórico e Geográfico e o Colégio de Pedro II, o primeiro criado em 1838 e o segundo, re-inaugurado no mesmo ano, auxiliavam na consolidação do Estado Nacional: (...) *Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada* (Guimarães, 1988: 6).

Esse Estado-Nação que se criava era pensado pelos *homens das letras*, um lugar eminentemente masculino, já que as escolas só admitiam meninas até o final do 1º grau, cabendo-lhes apenas o aprendizado das primeiras letras e das quatro operações. A elas só cabia o papel de dona do lar e senhoras do marido. As poucas professoras existentes eram sempre mal remuneradas e, se alguma mulher tentasse fugir ao padrão moral vigente, recebia severas punições. Em relação aos meios de comunicação, a imprensa ainda era precária e as notícias difundidas muito lentamente.

Nesta ocasião, as gramáticas mais usadas eram: a *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa e a de Antonio de Moraes Silva, *Epítome da Gramática Portuguesa*, publicada em Lisboa em 1806 e, posteriormente em 1813, com a segunda edição do Dicionário da Língua Portuguesa, mas terminada em 1802. Essa e a anterior inserem-se no movimento de renovação pombalina, apresentando-se favorável à reforma do ensino (Fávero e Molina, 2006:57). Ambas as obras valorizam o *domínio da norma culta como fator de prestígio, pela imitação dos usos dos bons escritores* (idem, ibidem: 59).

Posteriormente vem a lume a Gramática de Frei Caneca, *Breve Compêndio de Gramática Portuguesa* (escrita em Salvador entre 1817 e 1819) e, em meio à efervescência cultural, nos primeiros sinais do *despertar da consciência americana*

(Silva e Carneiro, 1975:43) é que surge e é reeditado alguns anos depois o *Compêndio da Gramática da Língua Nacional* (1835), de Antonio Álvares Pereira Coruja, (professor público no Rio Grande de Sul) obra que, segundo Nascentes, inaugurou tanto nossos estudos gramaticais, quanto os dialetológicos:

Coruja, que inaugurou a nossa gramaticografia, vai também inaugurar a dialetologia publicando em 1852 no tomo XV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a *Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, que saiu em 2ª edição, em Londres, em 1856, graças ao príncipe Luciano Bonaparte.

(Nascentes, 1939: 23)

Ambas gramáticas gerais e a segunda, apesar do nome, nada trazia de *nacional*, como hoje concebemos o termo.

Na sociedade, alguns costumes começaram a modificar os centros urbanos, como fazer refeições fora de casa, sair às compras em ruas de comércio e promover passeios sociais. Frequentar bailes, reuniões e festas eram hábitos importados dos ingleses e franceses, somados ainda aos jogos de gamão, xadrez e voltarete.

Essas razões, levaram o movimento romântico brasileiro, em primeiro lugar, a ajustar-se à alma do povo, oportunizando o aparecimento do culto brasileiro da inspiração, da improvisação e da espontaneidade (Proença Filho, 1973:199), depois, foi sendo marcado por um forte caráter político e social. Como diz Schwarcz (1998: 39):

como se vê (...) o romantismo no Brasil não foi apenas um projeto estético, mas também um movimento cultural e político, profundamente ligado ao nacionalismo

Este nacionalismo, pintado com as cores do lugar (idem, ibidem) veio traduzir-se, num indianismo exacerbado e o liberalismo, primeiramente, gritou pela liberdade da escravidão e, posteriormente, encontrou no país recém independente, um momento de afirmação de sua personalidade.

Nesse sentido, preconiza Bezerra (1984: 155):

(...) a Independência e o Romantismo apresentam a base sobre a qual se alicerça uma forma nacional de sentir e pensar. De modo singular e autônomo a realidade brasileira (...)

Foi em meio, também, ao Romantismo que, no século XIX, se imprimiu novo e importante sentido aos estudos lingüísticos. Foi exatamente nesse momento histórico que o alemão Franz Bopp, com *Sistema de Conjugação do Sânscrito em comparação com o Grego, Latim, Persa e Germânico*, deu início ao que chamamos de gramática comparada, isto é, à Lingüística Histórica. Meillet (apud Elia, 1975) afirma que se somam ainda os nomes de Frederico Diez e Grimm aos de Bopp, já que ambos estudaram as línguas românicas, mas tais autores só ganharam adeptos brasileiros no último quartel do século.

De acordo com Elia (1975), a Lingüística Românica, fundada por Bopp e desenvolvida por muitos outros autores, foi, num primeiro momento, aceita com receio pela Filologia,

mas como a nova ciência preconizava, sob a ótica do Romantismo, que *é o povo quem faz a língua* e ela é um dos elementos que caracterizam uma nação – na ocasião pensada, principalmente, pelos homens das letras - há uma proliferação das gramáticas das línguas.

Vale salientar que nessa época ocorre uma tentativa de idolatria em relação à língua portuguesa falada no Brasil e, conseqüentemente, uma recusa ao modelo lingüístico português, mas este dualismo apresentou pouca ou nenhuma repercussão efetiva em nossos meios gramaticais. Tal dado é confirmado quando o decreto de 2 de dezembro de 1837 propõe a *reforma racional e radicalmente* do Seminário de S. Joaquim, transformando-o em *colégio de Instrução Secundário com o título de Colégio de D. Pedro II*¹, única instituição de ensino oficial brasileira, posicionando-se contra inovações. Em seu discurso de inauguração, assim fala o então Ministro e Secretário de Estado e Justiça Interino do Império, Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos, a respeito dos ideais do Colégio: Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados (apud Bezerra, 1984:158).

A disciplina Gramática geral e Gramática nacional, ministrada apenas no primeiro ano dos cursos, começou a ser efetivamente lecionada apenas depois do Regulamento de 1º de fevereiro de 1841, tendo pouca importância frente ao aprendizado de línguas clássicas:

O predomínio das letras clássicas no primeiro plano de estudos do Colégio de Pedro II não impediu, entretanto, que fossem bem aquinhoadas as matemáticas, as línguas modernas, as ciências naturais e físicas e a história. Nas duas séries elementares (8ª e 7ª) figuravam, ao lado da Gramática Nacional, a Gramática Latina, a Aritmética, a Geografia, o Desenho e a Música Vocal. Na 6ª, 5ª, 4ª e 3ª predominavam as humanidades clássicas (Latim e Grego).(...) Na 2ª e 1ª predominavam a Filosofia e a Retórica.

(Haidar, 1972:100)

Embora nas anotações feitas pelo Pe. Feijó, por volta da segunda década do século XIX, nos seus *Cadernos de Filosofia* (apud Martins, 1977: 213, Vol. II) pudéssemos ler:

A língua de um povo está sempre na proporção de sua cultura. Quanto menos se tem refletido, menos se tem conhecido e menos termos são necessários. [O] fim primário da linguagem é exprimir o pensamento: é natural que um pensamento nacional começasse a exigir a sua própria gramática.

nessa ocasião, era bastante exíguo o estudo da Gramática de Língua Portuguesa.

2. O final do século XIX: a Nação constituída

Foi somente mais para meados do século que, inspirado nos ideais românticos, D. Pedro II, monarca *preocupado* com estudos em geral e com o desenvolvimento cultural de nosso país, propôs a criação brasileira de gramáticas e dicionários (de Língua Portuguesa), começando ele mesmo estudar tupi e guarani (Schwarcz, 1998:131).

¹ Anuário do Colégio de Pedro II, 1º ano, 1914, Tip. Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro

Também nesse momento criou-se a ficção brasileira, nossa poesia ganhou notoriedade e os escritores brasileiros começaram a se libertar dos modelos clássicos de escritores portugueses buscando, por exemplo, uma língua que mais representasse o povo brasileiro.

Tudo isso motivou de um lado, o aparecimento da figura do já citado *homem das letras* e de outro lado, tanto a carreira literária, quanto o público qualificado para a leitura de seus romances, poesias e peças de teatro.

Quanto à educação, em janeiro de 1856, foram aprovados provisoriamente os primeiros programas de ensino do Colégio de Pedro II, organizados pelo Conselho Diretor, os quais representaram um grande progresso para a instrução, não só porque orientavam os estudos de modo analítico, como também porque traziam indicações de livros didáticos.

Nessa época, a gramática mais utilizada por todos era ainda a de orientação filosófica, produzida por Francisco Sotero dos Reis, a *Gramática Portuguesa* (1866), que reinou *nos bancos escolares brasileiros antes do Programa de Exames, de Fausto Barreto (...)* (Fávero e Molina, 2006:92)

Essas obras, de maneira geral, nasciam não só como recurso pedagógico, mas também como mercadorias que precisariam identificar-se com *a fina malha social pela qual circulam* e interagiam socialmente (Lajolo, 1993:65), portanto apresentando, assegurando e difundindo o discurso da elite dominante.

Décadas depois, surge a *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), muito importante para nossos estudos gramaticais por ser divisora de águas, já que recebeu o mérito de ter sido a primeira a comparar a língua com as espécies humana, embora houvesse quem afirmasse que ela, na realidade, apenas trasladava em Língua Portuguesa muitos dos dizeres de Mason (1874).

Citando obras de orientação evolucionista, Júlio Ribeiro escreveu: *a língua, como os seres vivos nascem, crescem, desenvolvem e morrem*, lembrando Darmesteter, em *La Vie des Mots*, obra organizada em três capítulos: *Comment naissent les mots; Comment les mots vivent entre eux; e, finalmente, Comment les mots meurent.*

Em 1887, o então Diretor Geral da Instrução Pública, determinou que todos os professores do Colégio Pedro II debruçassem-se sobre seus planejamentos a fim de organizá-los de acordo com os novos ditames políticos e pedagógicos. Os olhares dos catedráticos daquele estabelecimento começaram então a direcionar-se de forma mais atenta aos programas de exame.

Dentre as obras que dali surgiram citamos, primeiramente, a *Gramática Portuguesa* (1887), de João Ribeiro. Tal obra foi considerada uma das melhores da época, tendo sido adotada, inclusive, no Colégio de Pedro II. Apresentou inúmeras edições e, como material de transição, encontramos nela tanto traços das que seguiam orientações filosóficas quanto as que seguiam as científicas.

Na definição de Gramática, por exemplo, o autor (1904) assevera: *Gramática é a coordenação das fórmulas, leis ou regras da linguagem literária ou polida* (pág.3) e,

depois, seguindo os passos dos enciclopedistas (Fávero, 1996), divide-a em *Geral e Particular*.

Outra obra que fez escola na ocasião foi a de Maximino Maciel, a *Gramática Descritiva baseada nas doutrinas modernas*. Esse intelectual honrou o nome que deu à sua obra. O refinamento de suas classificações, seu descritivismo, como afirma Cavalieri (2000:134), seriam notados por Mattoso Câmara e talvez tivessem dificultado sua utilização nas aulas de português. Notemos que esse rigor dialogava com o rigor e a sistematização da linha positivista, que, dentre outras coisas, preconizava: ordem e progresso.

Maximino Maciel divide sua *Gramática Descritiva baseada nas doutrinas moderna* em quatro partes: fonologia, lexicologia, sintaxiologia e semiologia. Ou seja, apesar de introduzir o estudo do significado em seu compêndio, mantém a tradicional classificação filosófica.

Mais tarde, com a queda da Monarquia, em 1889, o Dr. Benjamin Constant, professor de grande fama e adepto do positivismo, procurou reformar profundamente a instrução pública em todo o país de acordo com os novos ideais, apregoando ser dever da escola: *fazer indivíduos fortes [...] a força é a saúde, tanto moral, quanto física* (Almeida, 2000:304).

Nas escolas, as reformas feitas de afogadilho continuavam, mas a seriedade de alguns estabelecimentos de ensino e a notoriedade de alguns de seus memoráveis mestres, paulatina e incansavelmente, imprimiam respeitabilidade à Educação no país.

No final desse século e início do XX, iluminada por inúmeras novas propostas pedagógicas, a Escola brasileira foi tentando atualizar-se e adaptar-se, mas, infelizmente, continuava (ou continua ?) quase a mesma, cerceadas por decretos feitos apressadamente, sem muita reflexão e verticalidade, apesar das contínuas críticas ao antigo modelo educacional que teimava em reinar nas Instituições.

O mundo, lá fora, permanecia despercebido,. Educavam-se para uma terra inexistente e uma vida absurda, em que os seus espíritos [das crianças] se chocariam continuamente com a realidade. A velha escola sem saber o que a criança podia fazer, decretava o que devia, deixando-lhe, não raro, uma impressão penível no seu espírito.

(Carneiro Leão, 1917:97)

Nos estabelecimentos educacionais, agora, pontificavam autores como Hemetério José dos Santos e Eduardo Carlos Pereira, cujas obras traziam noções do comparativismo, mas mostravam, arraigadas, noções das gramáticas de cunho filosófico, fato justificável, já que fora essa a formação recebida por esses estudiosos.

Considerações finais

Como vimos, apesar de o século dezenove ter sido de muitas mudanças no Brasil, no tocante à educação - e vale lembrar que apenas a elite tinha direito a ela - pouca coisa mudou. É verdade que, no final do século, não mais se fazia necessário deslocar-se para fora do país para se ter acesso à formação superior, mas, relativamente à língua

portuguesa, era a formação clássica que ainda imperava, pois gramáticas embasadas nas correntes histórico-comparativas surgiram ao Brasil somente nos anos oitenta e ainda traziam em seu bojo muitas ideias clássicas, o que não poderia ser diferente, pois, como já foi dito, foi essa a formação recebida por nossos intelectuais.

Também foi somente no final do século e somente nos grandes centros urbanos que a *modernidade* podia ser observada, onde grandes construções abrigavam importantes escolas, renomados professores e material didático embasado nas mais modernas correntes filológicas. Em contrapartida, nos pequenos centros populacionais continuavam as pequenas e escuras escolas, poucos professores e compêndios gramaticais do início do século orientando a formação dos cidadãos.

O país era um lugar de contrastes e confrontos e a educação nele ministrada não podia ser diferente, já que exercida por homens e estes são o retrato do período em que vivem, parte da história que auxiliam a traçar, pois, como diz Goldmann (1962) *o fundamento da história é a relação do homem com os outros homens, o fato de que o “eu individual” só existe como pano de fundo da comunidade.*

Referências bibliográficas

Obras Gerais:

Almeida, José Ricardo Pires de (2000). *Instrução Pública no Brasil [1500-1889]*. São Paulo: Educ.

Auroux, Sylvain (1989). *Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP.

Bezerra, José Ponciano (1984). *Norma e Linguagem: um estudo sobre a representação norma em gramáticas de Língua Portuguesa*. São Paulo, Tese de doutoramento: USP.

Bluteau, Raphael (1716). *Vocabulário Português e Latino: Áulico, Anatômico, Arquitetônico*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva.

Buarque de Holanda, Sérgio de (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Carneiro Leão, Antonio (1917). *O Brasil e a Educação Popular*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Co.

Cavaliere, Ricardo (2000). *Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUFF.

Darmesteter, Arsène (1937). *La Vie des Mots*. Paris: Librairie Delagrave.

Elia, Silvio (1975). *Ensaio de Filologia e Lingüística*. São Paulo: Editora Grifo.

Fávero, Leonor Lopes (1996). *As Concepções Lingüísticas no Século XVIII – A Gramática Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp.

_____ e Molina, Márcia Antonia Guedes (2006). *As Concepções Lingüísticas no Século XIX: A Gramática no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.

Girardet, Rolan (1965). *L' Idéologie Nationaliste, Perspectives de Rehercher – in Revue Française de Science Politique*, XV, n.3, Paris: P.U.F.

Goldmann, Lucien (1962). *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo : Difel.

Guimarães, Manoel Luís Salgado (1988). *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional in Estudos Históricos n° 1*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.

Hobsbawan, Eric J. (1991). *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Martins, Wilson (1977). *História da Inteligência Brasileira* (Vol. II) São Paulo: Editora Cultrix.

Moraes Silva, Antonio de (1858). *Dicionário da Língua Portuguesa* . Sexta Edição: melhorada e muito acrescentada pelo desembargador Agostinho de Mendonça Falcão – Lisboa: Tipografia de Antonio José da Rocha.

Moraes Silva, Antonio de (1802). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, 1945.

Nascentes, Antenor (1939). *Estudos Filológicos* . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Niskier, Arnaldo (1996). *Educação Brasileira – 500 anos de História – 1500-2000*. São Paulo: Edições Consultor.

Primitivo Moacyr (1937). *A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil 1854- 1888*. São Paulo: Cia Editora Nacional.

Proença Filho, Domício (1973). *Estilos de Época na Literatura*. Rio de Janeiro: Editora.

Saliba, Elias Tomé. (2003). *As Utopias Românticas* . São Paulo: Estação Liberdade.

Schwarcz, Lilia M. (1998). *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Cia das Letras.

Silva, Helio. & Carneiro, Maria Cecília Ribas (1975). *Nasce a República* . São Paulo: Editora Três.

Toledo, João (1932). *Escola Brasileira*. São Paulo: Livraria Liberdade, 1932.

Anuários:

Anuário do Colégio Pedro II – 1º ano – 1914 – Tip. Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1914.

Obras específicas:

Barbosa, Jerônimo Soares (1830). *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências.

Caneca, J. do Amor Divino (1875). *Breve Compêndio de Gramática Portuguesa*. Recife: Tipografia Mercantil, edição póstuma.

Coruja, Antonio (1875). *Compêndio de Gramática da Língua Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança, 2ª edição.

Maciel, Maximino (1914). *Gramática Portuguesa*. Francisco Alves & Cia: Rio de Janeiro.

Mason, Charles P. (1877). *English Grammar (including the principles of Gramatical analysis)*. Toronto: Adam Miller and Co.

Reis, Francisco Sotero (1866). *Gramática Portuguesa (Acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática)*- Maranhão: Tipografia de R. d'Almeida & C. Editores

Ribeiro, João (1904). *Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 11ª edição.

Ribeiro, Júlio (1881). *Gramática Portuguesa*. São Paulo, N. Falcone & Comp. São Paulo, N. Falcone & Comp. , 7ª edição, s/d.

Santos, Hemetério José (1907). *Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

Verney, Luiz Antonio (1746). *Verdadeiro método de estudar*. Edição org. Por Antonio Salgado Júnior, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.